



COMUNICADO

COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

N.º 01/2026

O Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), reuniu-se ordinariamente no dia 27 de Fevereiro de 2026 para avaliar os efeitos das decisões vigentes e adoptar novas medidas.

Neste âmbito, o CPM constatou que a inflacção homóloga se situou em 10,3% em 2025, face a 17,0% em 2024, o que corresponde a uma desinflação de 6,7 pontos percentuais, confirmando uma trajectória consistente de desaceleração.

Não obstante, a inflacção subjacente fixou-se em 5,9%, evidenciando pressões estruturais internas na formação de preços. Neste contexto, o CPM mantém uma postura monetária prudente, de modo a assegurar a convergência progressiva para a meta de 3,1%, em linha com o objectivo primordial de estabilidade de preços.

As projecções actualizadas apontam para uma tendência descendente da inflacção, com retorno a um dígito no médio prazo e estabilização gradual em torno de 5% a partir de 2028. Este cenário pressupõe a normalização progressiva das condições de oferta de produtos alimentares domésticos e a mitigação das incertezas externas, num contexto em que a dinâmica inflacionista permanece sensível a choques exógenos e pressões importadas.

O CPM identificou, de igual forma, constrangimentos estruturais no financiamento da economia, tanto ao nível do **sector privado** como do **sector público**. Do lado do sector privado, persistem limitações associadas à expansão do crédito produtivo, à gestão do risco e às condições de intermediação financeira, factores que condicionam o investimento e a diversificação da base

produtiva. No que respeita ao financiamento público, subsistem desafios relacionados com a mobilização sustentável de recursos, a gestão da dívida e a dependência de financiamento externo, elementos que influenciam o enquadramento macroeconómico e condicionam o espaço de actuação das políticas económicas.

O CPM enfatiza que estes desafios ultrapassam o âmbito exclusivo da política monetária, exigindo uma actuação coordenada com a política fiscal.

Neste sentido, o Comité de Política Monetária deliberou:

1. Manter a orientação geral da política monetária, designadamente, a Taxa de Referência em 10%, a Taxa da Facilidade Permanente de Cedência em 10,5%, os Coeficientes de Reservas Mínimas de Caixa (RMC) em 21% para Moeda Estrangeira e 28% para Moeda Nacional, bem como a continuação das emissões de Certificados de Depósitos, em função da evolução do nível de liquidez do sistema bancário.

2. Aumentar a Taxa da Facilidade Permanente de Depósito de 1% para 3%, com o objectivo de reforçar o quadro operacional da política monetária e melhorar a gestão da liquidez bancária.

3. Reforçar a eficácia do mecanismo de transmissão da política monetária através da:

- Dinamização do Mercado Monetário Interbancário, incentivando a redistribuição de liquidez entre instituições através de uma postura mais activa por parte do BCSTP;
- Adopção de medidas para mitigar constrangimentos na concessão de crédito, favorecendo uma intermediação financeira mais eficiente.

O Banco Central reafirma o seu compromisso inequívoco com a estabilidade de preços e o reforço da confiança no sistema financeiro, mantendo-se preparado para ajustar os instrumentos de política monetária sempre que necessário.

S. Tomé, 05 de Março de 2026.


Gabinete do Governador e dos Conselhos